

ARTIGO

A DIDÁTICA CRÍTICA INTERCULTURAL: REFLEXÕES A PARTIR DOS PLANOS DE ENSINO¹

Roberta Melo de Andrade Abreu¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8167-1567>
<robertamabreu@ufba.br>

Cristina Maria d'Ávila Teixeira¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5946-9178>
<cristdavila@gmail.com>

¹ Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, Brasil.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar se e como a questão da interculturalidade, enquanto perspectiva decolonial, está presente nos planos de ensino do componente didática nos cursos de Pedagogia de instituições de ensino superior do Nordeste brasileiro, considerando os elementos estruturantes: objetivos e conteúdos. Utilizou-se a análise documental como metodologia de pesquisa chegando aos seguintes resultados: tanto nos objetivos como nos conteúdos, a referida perspectiva não se mostrou de forma recorrente. Ressalta-se que as relações da Didática com a interculturalidade são uma construção recente e ainda se encontram numa fase de internalização/ressignificação em pensamento/ações do ensinar. Há necessidade de sua implementação fomentando uma leitura outra dos dinamismos históricos e da realidade.

Palavras-chave: Didática crítica, Interculturalidade, Planos de ensino.

¹ Artigo publicado com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/Brasil para os serviços de edição, diagramação e conversão de XML e financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/Brasil para tradução do artigo para o Inglês

CRITICAL INTERCULTURAL DIDACTICS: REFLECTIONS BASED ON TEACHING PLANS

ABSTRACT: This article aims to analyze whether and how the perspective of interculturality is present in the teaching plans of the didactic component in the Bachelor's Degree in Pedagogy courses of some higher education institutions in the Brazilian Northeast; to identify how interculturality is present in the objectives and programmatic contents of these same plans. Document analysis was used as a research methodology, reaching the following results: both in the objectives and in the contents, the aforementioned perspective was not shown to be recurrent. It is emphasized that the relations between didactics and interculturality are a recent construction and are still in a phase of internalization/resignification in teaching thought/actions. There is a need for its implementation, fostering a different interpretation of historical dynamics and reality.

Keywords: Critical didactics, Interculturality, Teaching plans.

ENSEÑANZA INTERCULTURAL CRÍTICA: REFLEXIONES DESDE LOS PLANES DOCENTES

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar si y cómo la perspectiva de la interculturalidad está presente en los planes de enseñanza del componente Didáctica de las carreras de Licenciatura en Pedagogía en algunas instituciones de educación superior del Nordeste brasileño; identificar cómo la interculturalidad está presente en los objetivos y contenidos programáticos de estos mismos planes. Se utilizó el análisis documental como metodología de investigación, llegando a los siguientes resultados: tanto en términos de objetivos como de contenido, la perspectiva antes mencionada no apareció de manera recurrente. Es de destacar que las relaciones entre Didáctica e interculturalidad son una construcción reciente y aún se encuentran en una fase de internalización/resignificación en el pensamiento/acciones docentes. Es necesario que su implementación fomente una lectura diferente de los dinamismos históricos y de la realidad.

Palabras clave: Didáctica crítica, Interculturalidad, Planes docentes.

INTRODUÇÃO

Partindo da compreensão de que a didática é um campo da pedagogia que tem o ensino como objeto de estudo, é possível inferir o seu dinamismo via seu próprio acontecer, mapeamento, análises, compreensões, debates e pesquisas: o seu permanente fazer-se e refazer-se. Tal afirmação se estabelece na medida em que percebemos, inicialmente, o ensino como uma atividade humana,

como uma ação estruturada por diversos elementos e atravessamentos subjetivos, econômicos, sociais, culturais e políticos.

Nesta pesquisa, interessa-nos, dentro do campo de uma didática em permanente (des)construção, refletir sobre a necessidade de pensá-la e fazê-la, considerando a premência de um processo de ensino outro, que defenda e colabore num projeto de sociedade outra, que esteja atenta a outras formas de pensamento, estabelecendo diferenças, distâncias e combate à lógica da colonialidade.

Refletir sobre a necessidade de uma didática outra implica em atentar-se à sua trajetória de construção, ressaltando sua maior expressividade na década de 1980, considerada como uma espécie de “refundação” da reflexão e pesquisa da didática. A década de 1990 é marcada por uma diminuição quanto à confluência de ideias, mas com a sustentação de uma perspectiva crítica, demarcando temas como: professor-pesquisador, identidade docente e o cotidiano escolar (Candau; Koff, 2006).

Nessa trajetória, a autora destaca o “risco de dispersão” no período atual, no qual somamos algumas questões que nos têm tocado profundamente: o retrocesso a uma didática tecnicista, a perspectiva pragmática de formação de professores, as políticas ultraliberais no campo da educação, a perspectiva de criminalização das instituições.

Para além desses enfrentamentos, que não buscamos aprofundar nesta pesquisa, mas que é pertinente e vital sinalizar, nós nos concentraremos na busca de refletir sobre a construção de uma didática outra, tendo em vista as demandas estabelecidas pelas pluralidades clamorosas em sala de aula, e pelo avanço de concepções fundamentalistas, conservadoras e opressoras em nossa sociedade. Neste cenário, a didática passa a destacar, em seu campo, aspectos como: o cotidiano escolar, os saberes docentes, as relações escola e cultura.

Este último remete a um processo de reconhecimento e valorização dos sujeitos como educandos, ao caráter multidimensional do ensino; portanto, a uma didática que, ao ser pensada a partir da crítica à modernidade, alinha-se com a perspectiva intercultural, que fomenta lutas em prol de transformações sociais e, ao mesmo tempo, coloca no centro do seu existir a exclusão, invisibilização, negação e arrasamento subjetivo, epistêmico e social de grupos e sujeitos oprimidos.

Nessa perspectiva, a didática intercultural entremeia-se com a decolonialidade, no sentido de construir caminhos de resistência e combate, do ponto de vista pedagógico e humano, rumo a uma reconstrução de processos de ensino que exclusivizam uma única perspectiva eurocentrada, negacionista e senhorial dos saberes, dos conhecimentos, das experiências, da história, das sociedades, da vida e do existir (Dias; Abreu, 2019).

Ao refletirmos sobre a urgência da construção e do fazer desta didática, buscamos, nesta pesquisa, como principais objetivos: analisar se e como a questão da interculturalidade está presente nos planos de ensino do componente didática nos cursos de Pedagogia de algumas instituições de ensino superior do Nordeste brasileiro; identificar como a interculturalidade se faz presente nos objetivos e conteúdos programáticos nos planos de ensino de professores de didática.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Com base nos objetivos enunciados, deslindamos a metodologia da presente pesquisa. Trata-se de pesquisa qualitativa, por lidar com um fenômeno social e humano, considerando o acontecer em seu ambiente social, multifacetado e complexo. Nesse cenário, entendemos a análise documental como o caminho metodológico que atende às demandas estabelecidas pelos objetivos postos, além de pesquisa bibliográfica. Assim, neste trabalho, num primeiro momento, apresentaremos dados atinentes à pesquisa bibliográfica, para depois adentrarmos no empírico, por meio da análise dos planos de ensino de professores de didática de universidades federais providas do Nordeste brasileiro.

Para tanto, tomamos Flick (2009) como referência, ao afirmar que a pesquisa documental utiliza a análise de documentos para compreender como estes intervêm, ou não, na trajetória do viver humano, realizando a recolha de informações, ao tempo em que oportuniza um aprofundamento na questão levantada.

Cellard (2008) afirma que o documento, em si, tem íntima relação com histórias anteriores e contemporâneas experienciadas pelos sujeitos em múltiplos contextos e períodos históricos. Além disso, são capazes de conceder evidências descritivas de diversas ordens: temporais, políticas, culturais, econômicas e sociais. O autor salienta que o documento apresenta o sentido de prova como um dispositivo escrito.

Assim, identificamos, em universidades federais do Nordeste brasileiro, cursos de Licenciatura em Pedagogia que ofereciam a disciplina didática em seus currículos. Tivemos acesso a oito instituições de ensino superior (IES) federais. Destas, os estados representados foram: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Passamos a pesquisar os sites institucionais destas IES, para assim identificarmos os planos de ensino disponíveis e procedermos às análises destes.

QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL

Sabemos que o processo de construção de um campo de conhecimentos é marcado por um movimento não linear, eivado de barreiras, retrocessos e atravessamentos. Desse modo, a didática constitui e vai sendo constituída a partir da trajetória histórica, política e cultural das sociedades. Lembremos que, ao tomar o ensino como objeto de estudo e considerá-lo como uma ação política e social, afirmamos aí uma relação de total imbricamento com a realidade. Assim, ao retomarmos a sua trajetória de construção, a partir dos anos de 1980, vamos observar que, em nosso contexto, instaurou-se um marco, por meio de um movimento de resistência, diante da didática de cunho tecnicista e pragmatista implementada durante a ditadura militar.

Repudiando as atrocidades estabelecidas pela ditadura militar, juntamente com o fato da construção de uma compreensão do papel político da educação por grande parte dos professores, há o nascimento não somente de um movimento de resistência mas, também, de um

movimento político da didática, evidenciado, sobremaneira, na importante obra *A didática em questão*, de Vera Maria Candau, o que, de acordo com Franco (2022), tratou-se, em grande parte, da virada epistemológica da didática.

A didática, colocada em questão, oportunizou a construção de uma didática crítica, que compreende o ensino como um processo multidimensional, articulando as dimensões técnica, humana e política. Além disso, defende que a criação e desenvolvimento da didática se estrutura a partir “[...] da análise e reflexão sobre experiências concretas, procurando trabalhar continuamente a relação teoria-prática” (Candau, 1996, p. 21).

Empenhada em suplantar a pseudoneutralidade preconizada pelo tecnicismo implementado durante a ditadura militar, a didática, em sua abordagem crítica, busca defender um ensino contextualizado, no qual a prática docente seja consequência e, ao mesmo tempo, geradora de sentidos. De acordo com essa perspectiva, não bastava ensinar o texto, era necessário, sobretudo, ensinar a refletir sobre o contexto. Assim, buscava-se uma relação teoria e prática dentro de um ensino situado no mundo habitado por sujeitos constituintes e constituidores de identidades.

Considerando os anos de 1990, a despeito do movimento de ressignificação da didática e, com ele, a construção de uma consciência crítica e necessária sobre o ensino e a educação, salientamos que, nesta década em particular, a geração e implementação de políticas públicas no país passou a ter alinhamento com o Banco Mundial e grandes grupos empresariais, imputando ações a partir de princípios de desregulação e privatização, estabelecendo o princípio de mais mercado e menos Estado. O documento “Financiamento da educação nos países em desenvolvimento: uma exploração das opções políticas”, de 1986, clarifica os modos de operacionalização das deliberações do Banco Mundial no âmbito da educação (Leher, 1998).

Desse modo, no campo da educação, as políticas sob essa lógica determinaram modelos de formação e trabalho docente centrados na padronização e controle para alinhamento à lógica mercadorizante, favorecendo seu domínio nos processos de criação dos currículos, na terceirização de pessoal nos espaços públicos escolares, num sistema defasado de contratação de docentes por tempo determinado, na merenda escolar, nas avaliações da aprendizagem em larga escala e, conseqüentemente, no trabalho dos docentes. De acordo com Candau (2018), esse período da didática foi marcado pelo interesse nos campos do cotidiano escolar, saberes docentes e as relações entre escola e cultura, a qual aprofundaremos mais à frente.

Antes de adentrarmos a relação entre a didática e a interculturalidade, notadamente, no período dos anos 2000, vale enfatizarmos o aprofundamento da lógica mercadológica na educação, bem como a onda fundamentalista que permeou/ permeia o cenário educacional, perpetrando sérias consequências no ensino. Num conturbado contexto político, tivemos a implementação da Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024a) que estabelece a Política Nacional de Ensino Médio, e que assumiu o lugar da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), que regulamenta a Base Nacional Comum Curricular, revogada parcialmente; a homologação do Parecer CNE/CP nº 4/2024 (Brasil, 2024b), do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, que votou favoravelmente à

aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, substituindo a Resolução nº 2, de 2019 (Brasil, 2019).

Observamos que as leis que citamos fazem parte, originalmente, de um conjunto de implementações, cujo fundamento é o assujeitamento da educação pública à mercadorização. Logo, o argumento fundamental desses textos legais está centrado na formação do trabalhador produtivo para a perpetuação da sociedade de consumo. “A perspectiva é de formação de pessoas sem visão crítica da realidade social” (D’Ávila; Santos, 2023, p. 959). Ressaltamos que as duas primeiras leis foram substituídas e, atualmente, tomam uma certa distância da referida lógica.

Desse modo, ratificamos a íntima relação existente entre o vivido e o ensino. Nesse cenário, vivenciamos uma didática atravessada por retrocessos em função da invasão da lógica do capital. Uma didática que lida com processos educacionais padronizados, estabelecendo uma lógica produtivista no trabalho docente, desrespeitando a autonomia das instituições escolares, dos professores e as diferentes culturas (Abreu, 2020).

Vê-se, portanto, um declarado desprezo diante do princípio da indissociabilidade teoria e prática. Conforme já citado, é histórico o movimento que preconiza e defende esse princípio, em oposição, por exemplo, a um ensino baseado na pedagogia das competências, que fundamentou as extintas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, Resolução nº 02, de 2019, visando promover o assujeitamento dos processos formativos, além de tentar resgatar um modelo de didática técnico-instrumental e prescritivo.

Um outro desafio desse período, imposto à didática e, conseqüentemente, ao ensino foi a onda autoritária, conservadora e fundamentalista que se instalou no país a partir de 2016. Projetos de autoria de profissionais alheios à realidade escolar enalteciam um discurso anti-instituições, gerando denúncias contra docentes, acusando-os de romper a ordem democrática e disseminando uma onda de ódio e desconfiança quanto à sua figura, e até mesmo quanto à importância/existência da escola enquanto instituição educacional. Projetos que, “[...] de modo intencional promoviam o desgaste social e psicológico dos professores diante do seu trabalho, submetido a inúmeras tensões e implementando uma espécie de desmoralização da profissão, colocando em xeque seu papel social.” (Abreu, 2020, p. 171).

Nesse sentido, vale refletir sobre os caminhos que a didática crítica vem buscando para resistir a esse cenário. De acordo com Dias e Abreu (2019), a despeito de, no país, a relação entre a didática e a perspectiva intercultural ter surgido em 1980, com a didática fundamental, é nos anos 2000 que começa a ter visibilidade e aproximar-se do pensamento de Catherine Walsh, o que nos aponta possibilidades sobre o pensar e o fazer, em oposição à realidade colocada acima.

Para a autora, a construção conceitual de interculturalidade está relacionada às questões geopolíticas de espaço e lugar, a partir do permanente estado de resistência dos negros e indígenas, até suas próprias elaborações de “[...] um projeto social, cultural, político, ético e

epistêmico orientado em direção à descolonização e à transformação” (Walsh, 2019, p. 4). É importante frisar que a autora não concebe a interculturalidade como uma inter-relação, ou até mesmo uma comunicação harmoniosa entre culturas distintas. A centralidade do conceito está em criar, implementar e defender outros modos de conhecimento, política e poder social. Outras formas de pensamento, a partir e contra a modernidade/colonialidade.

“Reflete um pensamento que não se baseia nos legados coloniais eurocêntricos e nem nas perspectivas da modernidade; e, finalmente, porque não se origina nos centros geopolíticos de produção do conhecimento acadêmico, ou seja, do norte global.” (Walsh, 2019, p. 9). Nesse sentido, um dos lastros de sustentação do pensamento intercultural se encontra na colonialidade do poder, que, segundo Mota Neto (2015), deu origem ao recente pensamento decolonial, que tem como um de seus fatores decisivos a construção da rede modernidade/colonialidade, articulando nomes como Dussel, Mignolo, Quijano, Walsh, entre outros. Para estes autores, o pensamento decolonial é caracterizado como uma espécie de inquirição e indignação, diante das diversas formas de dominação, violência, negação e subalternização impostas pela modernidade/colonialidade.

Desse modo, a interculturalidade, como uma perspectiva decolonial, impõe-se contra o discurso salvacionista e opressor da modernidade, que se apresentou/apresenta como princípio de um período histórico impulsionado por nações supostamente mais evoluídas e sob o argumento do progresso, estabelecendo múltiplas formas de dominação, exploração e marginalização. Assim, a interculturalidade se estabelece para além de um pensamento de oposição, que não busca simplesmente a inclusão, mas a transformação da estrutura social e histórica; que não veja a diferença como aditiva, mas sim constitutiva, dando fim ao sentimento de inexistência dos povos subalternizados (Walsh, 2019).

Em consequência dos estudos sobre interculturalidade, realizados por Candau e Koff (2006) e sua interlocução com Catherine Walsh, origina-se a didática crítica intercultural, que estabelece uma crítica à escola moderna, colocando a necessidade de uma reconfiguração para enfrentamento dos desafios contemporâneos impostos por uma sociedade diversa e plural; o carecimento do desenvolvimento de novos campos de conhecimentos e saberes no âmbito da didática, que é constantemente provocada por questões atuais; o enfoque intercultural, como uma possibilidade de reconfiguração da didática.

A partir desses pilares, é possível afirmar que uma didática crítica intercultural estabelece, como um de seus fundamentos, o princípio da diferença como centralidade e riqueza. Oportuniza o diálogo e a troca entre diversos sujeitos e grupos sociais, no que diz respeito a culturas, experiências, fazeres e saberes. Desse modo, Dias e Abreu (2019) nos chamam atenção para o fato de que a perspectiva da didática crítica, dos anos de 1980, é incorporada à interculturalidade, como possibilidade de busca de respostas, reflexões e estratégias, diante dos desafios impostos por uma sociedade diversa, desigual e complexa.

Tendo em conta a perspectiva da didática crítica intercultural, é fundamental problematizarmos, situando-a no contexto da universidade que, a despeito de grandes esforços por

parte alguns coletivos de docentes, discentes e gestão, ainda se encontra distante de entender e praticar o ensinar como ação viva e historicamente referenciada. É fato que, em função dos avanços das pesquisas e práticas no campo da pedagogia no ensino superior, muito se tem problematizado os processos de ensino. Por consequência, há o compromisso de muitos docentes na busca de novas perspectivas de ensino, na utilização de tecnologias e metodologias que acompanhem as demandas da contemporaneidade. No entanto, para que esses novos processos se efetivem, é necessário que as ações não partam somente dos professores, mas da gestão na criação implementação e acompanhamento de novas políticas e garantia de uma estrutura mínima no funcionamento dos cursos. Diante da discincronia nessas ações não é raro nos depararmos com uma cultura universitária, a despeito dos esforços de professores e pesquisadores do campo pedagógico, ainda está centrada num ensino transmissivo, reprodutor e verticalizado, no qual o professor ocupa o centro do processo. Além disso, há um conjunto de pensamentos e práticas que colocam em justaposição as atividades de ensino, pesquisa e extensão, priorizando e valorizando a pesquisa.

Vale a pena ressaltar que a didática crítica intercultural é desafiada por um ensino que sofre um processo de esmaecimento, em função das severas investidas do mercado privatista educacional global, que escamoteia seu ímpeto de manutenção da estrutura capitalista e acúmulo financeiro, com discursos de inclusão e respeito às diferenças. Conforme já citamos neste texto, não se trata tão somente de respeito e inclusão, mas de mudanças de estrutura e combate à colonialidade do poder.

Chamamos atenção para o fato de que lidamos em demasia com um ensino centrado numa lógica colonial, tanto no que diz respeito às suas abordagens pedagógicas quanto às suas abordagens curriculares. Não é raro, por exemplo, lidarmos com uma realidade em que a centralidade do ensino é entendida como transmissão de conteúdos específicos, em grande parte eurocentrados. Assim, a perspectiva global de mercadorização da educação dita o desenho da estrutura social, bem como sua perpetuação, utilizando o ensino como veículo do cumprimento de exigências, atreladas ao processo de globalização, aprofundando a crise de uma didática dialógica, crítica, reflexiva e contextualizada, estabelecendo a crença de que o ensino de qualidade se efetiva numa lógica instrumental, apartando-se de uma base teórica fundamental e intercultural, para compreender a realidade em sua complexidade.

A cultura universitária ainda apresenta um outro desafio, que é a formação de estudantes – notadamente licenciandos –, sedentos por estratégias prescritivas, para um ensino que oportunize aprendizagens. Quando o componente curricular de didática propõe uma discussão que suscita uma reflexão sobre o ensino como uma ação atravessada por questões sociais, políticas e culturais, provoca um certo desconforto, no sentido de ali haver expectativas frustradas. Há uma urgência na internalização e aplicação de técnicas e metodologias, sem que antes haja o conhecimento do contexto em sua forma diversa, o conhecimento e descobrimento de si e da própria história.

Tais dificuldades se apresentam há muito. No entanto, num contexto em que discutimos a didática crítica intercultural, vale sublinhar que essa perspectiva surge como possibilidade recente. A julgar pelas produções de pesquisas nesse âmbito, é possível perceber que se trata de uma abordagem ainda em processo de compreensão e adesão.

Para entendermos como vem sendo configurado esse campo específico de pesquisa, realizamos um levantamento de artigos científicos em duas bases de dados: a plataforma de trabalhos científicos SciELO e a plataforma de periódicos Capes. Implementamos a pesquisa a partir dos seguintes descritores: didática decolonial e didática intercultural. Para refinamento da pesquisa na plataforma Scielo, consideramos como filtro os termos: Brasil; português; ciências humanas; artigo. Na plataforma de periódicos Capes, utilizamos os mesmos descritores e, para refinamento, os seguintes filtros: artigo; produção nacional; ciências humanas; português.

RESULTADOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Há três tipos de literatura no âmbito do desenvolvimento de pesquisas científicas: a) literatura “grise”, advinda de teses e dissertações; b) literatura científica, aquela que passou por avaliação de pares; c) literatura profissional, produzida por associações, entidades, confederações profissionais.

Nesta seção, apresentamos um breve estado da questão, por meio do qual analisamos o que se tem produzido no âmbito da literatura científica, mediante pesquisa em artigos publicados em periódicos científicos sobre a temática da didática intercultural. O levantamento considerou, como recorte temporal, os últimos trinta anos. A busca dos estudos foi realizada no mês de setembro de 2024.

Mesmo tendo claro que a centralidade deste levantamento está nos termos didática decolonial e didática intercultural, experimentamos, também, um levantamento a partir dos descritores ensino decolonial e ensino intercultural, sem construir um aprofundamento, mas considerando o imbricamento entre didática e ensino, com o intuito de melhor visualizar a amplitude do campo de pesquisa. Nesse sentido, pudemos perceber que, na plataforma Scielo, os termos ensino decolonial e ensino intercultural aparecem com 16 e 34 artigos, respectivamente; e, na plataforma de periódicos Capes, 30 artigos para cada um dos descritores. Quando utilizamos o termo ensino, em lugar de didática, notamos que a tendência foi de uma localização mais plural de pesquisas. Desse modo, identificamos pesquisas sobre o ensino na perspectiva decolonial e intercultural que evidenciavam a gestão, a língua portuguesa, francesa e alemã, a geografia, história, curadoria digital, educação ambiental, matemática, inglês, música, filosofia e feminismo.

Quadro 1 - Artigos científicos nas plataformas Scielo e periódicos Capes

Plataformas	Descritores	Número total artigos	Número de artigos por descritor	Artigos relacionados aos descritores
SciELO	-Didática Decolonial -Didática Intercultural	6	-Didática Decolonial (1) -Didática Intercultural (5)	4
Periódicos CAPES	-Didática Decolonial -Didática Intercultural	50	-Didática Decolonial (20) -Didática Intercultural (30)	10

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2024).

De acordo com o quadro 1, dos seis trabalhos apontados pela plataforma Scielo, quatro tinham realmente como foco os descritores utilizados; e, dos 30 trabalhos localizados na plataforma de periódicos Capes, dez tinham relação direta com os descritores empregados. No quadro abaixo, evidenciamos essas pesquisas com os seus autores, recorte e ano de publicação.

Quadro 2 - Pesquisas que apresentaram relação direta com os descritores

Autores	Foco do estudo	Ano
ROSA SUANNO	Apresenta a didática intercultural como possibilidade de implementação de ações engajadas, comprometidas com a indignação frente às injustiças e transformação da realidade.	2022
CRUZ, BATALHA, LAHTERMAHER E CAMPELO	Põe em pauta a discussão da educação numa perspectiva democrática e comprometida com a justiça social. Dentre outros autores, baseia-se em Candau, na defesa de uma didática intercultural.	2022
RODRIGUES PEREIRA REGO	Defende “currículos que transvergem, como formas de pesquisa, didática, prática e formação outras”. Reclama uma transformação por via de um agir contra-hegemônico e anti/contra/decolonial.	2021
DIAS E ABREU	Faz uma linhagem das didáticas decoloniais no Brasil, a partir de uma pesquisa bibliográfica e análise de documentos, considerando referências da Rede Modernidade/Colonialidade e da didática no Brasil.	2020

ROSA SUANNO, SILVA OLIVEIRA E MAGALHÃES	Faz a análise dos Anais do XIX ENDIPE 2018, a partir dos descritores multiculturalismo e interculturalidade, levando em conta as categorias a) abertura; b) reconhecimento e redistribuição; c) democracia e justiça; d) preconceito, discriminação e monocultura; e) cultura, identidade e empoderamento.	2020
FRANCO	Analisa a necessidade do trabalho da didática numa perspectiva decolonial que ensine um ensino vinculado com os desafios da realidade.	2019
DIAS E ABREU	Trabalham com elementos históricos e conceituais que delimitam o pensamento decolonial, a pedagogia decolonial e a didática crítica intercultural, que contribuem para o descortinamento e o estado de resistência dos povos subalternizados.	2019
CANDAU E KOFF	Apresentam caminhos possíveis para a reinvenção de uma nova didática numa perspectiva intercultural que pode promover a reorganização de tempos e espaços, ofício de aluno/a e de professor/a, conhecimentos, currículos, práticas para aprendizagem e avaliação, ritos, estratégias de gestão, entre outras dimensões.	2015
CANDAU E LEITE	Explicitam os desafios na implementação da interculturalidade nas práticas educativas, considerando os eixos: múltiplas narrativas, alteridade e estranhamento, e desconstrução e resistência.	2007
SIMÃO E KOFF	Analisa os modos de compreensão da interculturalidade pelos professores de didática considerando: tensão entre social e cultural, articulação igualdade e diferença, bem como a problemática do universalismo versus relativismo cultural.	2006

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2024).

A partir desse levantamento, é possível perceber algumas convergências nos trabalhos acima elencados: a primeira delas diz respeito à necessidade de implementação de uma didática crítica intercultural, que fomente nos processos de ensino, enquanto formação humana e profissional, uma leitura outra dos dinamismos históricos e da realidade, objetivando a construção de uma postura não somente de inconformismo com as injustiças e opressões, mas de atitudes que estabeleçam mudanças concretas na estrutura moderna/colonial reinante.

Uma segunda convergência reside no movimento de compreensão, historicização e conceituação da didática crítica intercultural. Observamos a preocupação em construir uma compreensão crítica da Rede Modernidade/Colonialidade, ao imprimir uma discussão candente

sobre as relações de poder, a partir da colonização europeia do território americano, instaurando o genocídio, etnocídio e racialização – este último, basilar na estruturação do sistema capitalista. Paralelamente, há o movimento de reconfiguração da didática, no sentido de transpor práticas de ensino que se limitam a folclorizar as tradições culturais, imprimindo um tratamento superficial no entendimento dos fatos históricos e da realidade. Há um esforço em construir intersecções entre a didática crítica e a interculturalidade, no sentido de pensar e fazer a partir das diferenças e por via da descolonização. Diferenças que não sirvam tão somente como meio de identificação, mas como ponto de partida para a construção de um ensino capaz de influenciar a geração de uma nova estrutura de sociedade.

Como terceira convergência, apontamos um esforço em ter claro os modos de compreensão dos professores sobre a interculturalidade e as implicações dessa perspectiva no processo de ensino e na dinâmica institucional educativa. Nesse contexto, Candau e Leite (2007) se preocuparam em saber quais os elementos centrais para a ressignificação da didática, nessa perspectiva, e como trabalhá-los na formação inicial de professores. As autoras julgaram ser mister desequilibrar a naturalização do perfil monocultural da escola e, para tanto, entendem ser fundamental levantar um debate junto aos professores sobre as concepções de cultura, multi/interculturalismo, em especial sobre:

[...] as várias dimensões da diferença e a multiplicidade das suas manifestações nos espaços educativos; professor/a e aluno/a como sujeitos socioculturais; questões acerca da seleção de conteúdos, saberes e valores, linguagem e comunicação, expectativa do/a professor/a, preconceito e discriminação no cotidiano escolar. (Candau; Leite, 2007, p. 743).

Assim, pode-se dimensionar como a imposição cultural via colonialidade da história, da política, dos corpos, do conhecimento, dos modos de vida pode se dar por meio do ensino, por uma didática prescritiva. Os estudos ora apresentados evidenciam a urgência em pensarmos e fazermos uma didática crítica intercultural, que esteja comprometida com os processos de formação humana e profissional, bem como com a inserção no mundo do trabalho, “[...] com e entre os espaços social, político e epistêmico, antes negados, e reconceitualizar esses espaços através de formas que respondam à persistente recolonização do poder, olhando para a criação de uma civilização alternativa” (Walsh, 2019, p. 25).

Observamos, portanto, neste levantamento um número reduzido de estudos sobre a questão, o que nos levou a realizar a presente pesquisa em planos de ensino de didática em instituições federais da região Nordeste. Como esse número reduzido de estudos reflete na concepção e implementação dos planos de ensino? Tentaremos clarificar esta indagação a seguir.

RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL NOS PLANOS DE ENSINO EM IES FEDERAIS DO NORDESTE BRASILEIRO

Nesta pesquisa, buscamos analisar se e como a questão da interculturalidade, enquanto perspectiva decolonial, está presente nos planos de ensino do componente didática nos cursos de Pedagogia de instituições de ensino superior do Nordeste brasileiro, considerando os elementos estruturantes: objetivos e conteúdos.

Ressaltamos que, nesta pesquisa documental, os planos de ensino do componente curricular de Didática se constituem como documentos a serem conhecidos, analisados e interpretados, dentro dos limites estabelecidos por este estudo. Neste sentido, consideramos o seu cunho histórico, entendendo que, para que haja esses planos, foi necessário um processo de construção anterior, envolvendo sujeitos plurais e contextos distintos. Além disso, esses documentos, como dispositivo escrito, atestam a efetivação do componente em questão em suas instituições. Trata-se de documentação de domínio público, institucional, que “[...] compreende comumente: os arquivos governamentais (federais, regionais, escolares ou municipais), os arquivos do estado civil, assim como alguns arquivos de natureza notarial ou jurídica” (Cellard, 2008, p. 296).

De acordo com Cellard (2008), a primeira fase da análise documental consistiu em Uma análise preliminar para conhecer quem escreveu tal documento e o saber de sua autenticidade. Nesta fase, buscamos os sites oficiais das universidades em questão e, durante o período de 01/09/2024 a 15/09/2024, acessamos os fluxogramas dos cursos de Licenciatura em Pedagogia que, na maioria dos casos, hospedavam os planos de ensino de didática.

Sobre autenticidade, a maioria dos planos são de domínio público e encontravam-se cadastrados no Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) de suas instituições. Nos casos de não cadastramento, contamos com a colaboração de professores do componente curricular, fazendo o envio do arquivo. Ressaltamos, em alguns casos, a oferta de cursos de Licenciatura em Pedagogia com diferentes habilitações e, em mais de um centro, contendo, no sistema das instituições, mais de uma matriz curricular e, portanto, mais de um plano de ensino de didática.

Quadro 3 - Dados gerais dos planos de ensino

Instituições	Planos	Período	Carga horária
7	12	2012 a 2023	60h a 75h

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2024).

Tivemos acesso a um total de doze planos de ensino, do componente curricular de didática, de sete instituições distintas. Os planos correspondiam ao período entre os anos de 2012 e 2023, e estavam organizados numa carga horária entre 60 e 75 horas. Apresentavam-se de maneira muito semelhante quanto aos seus elementos estruturantes, apontando, de um modo

geral: ementa, objetivos, conteúdos, metodologia, competências e habilidades, recursos didáticos, avaliação e referências bibliográficas.

Na segunda fase da análise documental – Contexto em que foi escrito e publicado – Cellard (2008) centra-se na descrição do contexto em que o documento fora construído. Em se tratando do contexto das universidades públicas federais, não nos furtamos de manifestar o nosso estado permanente de resistência diante de um descaso histórico frente às políticas educacionais para esse campo.

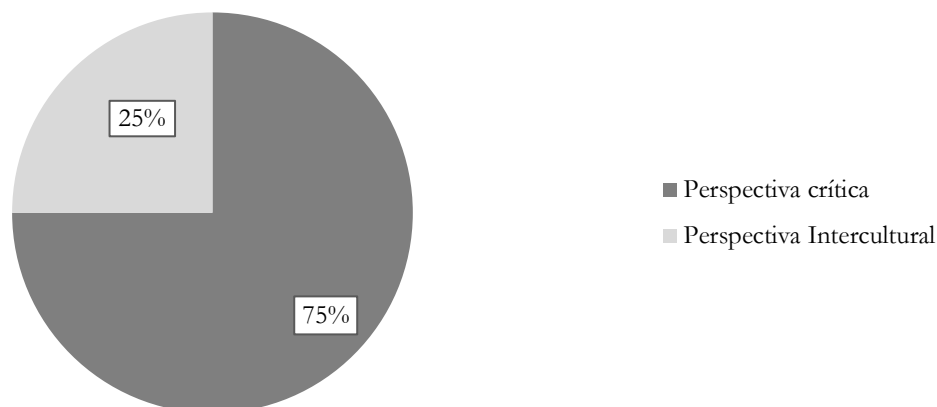
A gestão federal, no período de 2019 a 2022, não só implementou medidas de destruição, mas fez renascer um discurso e imagem das instituições educacionais como inimigas da sociedade e da democracia; a pandemia, ocasionada pelo SARS-CoV-2, no ano de 2020, aprofundou as desigualdades econômicas, sociais e educacionais, e as más condições nas estruturas físicas e recursos humanos, gerando um impacto direto no trabalho docente, com os sucessivos cortes de orçamento das universidades, nos últimos anos, e mais recentemente determinado pelo novo arcabouço fiscal (PLP 93/2023), sob a justificativa de controle de endividamento público no país.

Nesse cenário, o curso de Licenciatura em Pedagogia bem como todas as licenciaturas do país, em 2019, viram-se na obrigatoriedade de adaptarem os seus currículos à Resolução nº 02, de 2019, que estabeleceu como obrigatória a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como o conhecimento central na estrutura curricular da formação inicial de professores em todo o território nacional, “[...] a serviço do neoliberalismo em vigor. A razão que lhe é subjacente é a de formação de uma mão de obra submissa e de baixo custo” (D’Ávila, 2020, p. 87).

Conforme já dissemos no início do texto, essa obrigatoriedade cai por terra com a homologação do Parecer CNE/CP nº 4/2024 (Brasil, 2024b), do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, que votou favoravelmente à aprovação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, que se encontra em análise e discussão nos meios científicos, universitários e nas associações representativas docentes. Assim, evidenciamos um pouco do amplo contexto que gerou/gera os planos de ensino em questão, sem desconsiderar, evidentemente, as questões singulares de suas instituições.

Na terceira e quarta fase, respectivamente – Perceber quais são os conceitos-chave que mais aparecem e Realização da análise de dados conforme todo o estudo feito acerca do documento, a fim de conclusão da pesquisa –, e de acordo com o gráfico 1, observamos que 25% dos planos contêm conteúdos na perspectiva intercultural e 75% centram-se na perspectiva da didática crítica. É certo que consideramos a possibilidade de a perspectiva intercultural estar no processo de maneira transversal, à medida e aos modos de abordagem dos conteúdos no processo de trabalho com os referidos planos. De outra parte, esses dados nos fazem refletir sobre o que tem determinado tais escolhas e decisões.

Gráfico 1 - Planos de ensino do componente curricular de Didática: perspectiva crítica e perspectiva crítica intercultural



Fonte: elaborado pela pesquisadora (2024).

A didática crítica estabelece como um de seus princípios centrais o entendimento dos sujeitos como educandos; compreende o processo de ensino em sua multidimensionalidade; aponta a indissociação entre teoria e prática; busca analisar as práticas de ensino em sua forma concreta; compromete-se com uma perspectiva educacional articulada com a transformação social; busca pensar e efetivar uma formação de professores pautada na colegialidade, em defesa do docente enquanto intelectual; fomenta a permanência dos jovens e crianças na escola, com ensino de qualidade e contextualizado; busca uma articulação com a comunidade, para a construção de um currículo que atenda suas necessidades (Dias; Abreu, 2019).

A didática intercultural, também crítica, expressa, com muita clareza, sua intencionalidade, no sentido de promover um ensino pautado no diálogo e na

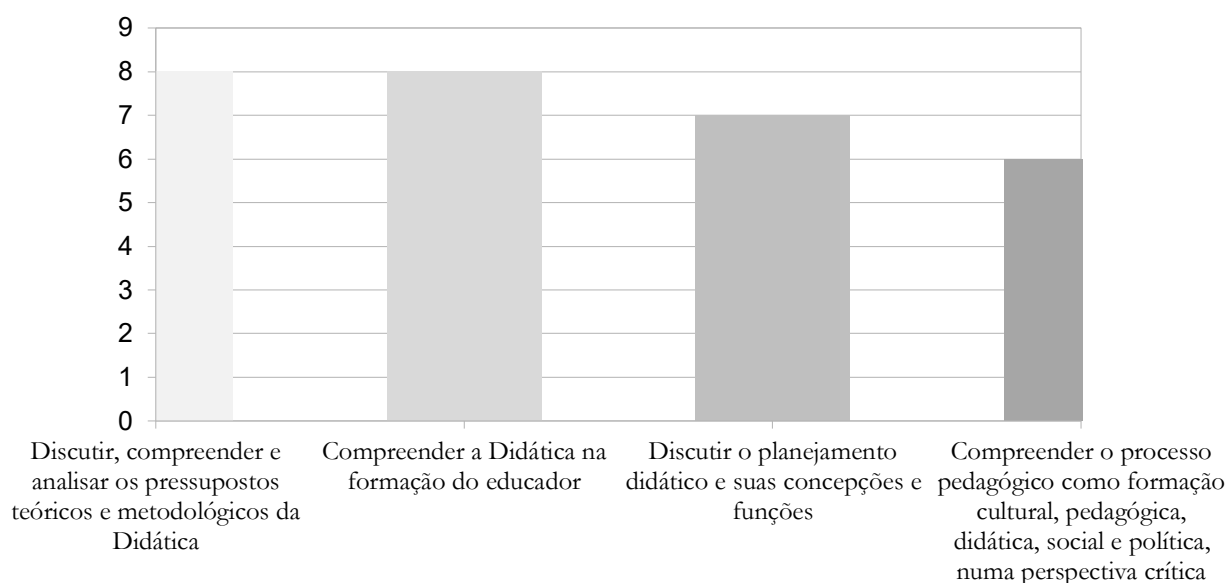
[...] troca entre diferentes grupos, cuja identidade cultural e dos indivíduos que os constituem são abertas e estão em permanente movimento de construção, decorrente dos intensos processos de hibridização cultural. (Candau; Koff, 2006, p. 475).

Trata-se de um ensino que não concebe a cultura uniformizada, sem fontes de conflito. Entende que as diferenças precisam ser legítimas dentro do contexto de geração e implementação de políticas públicas. Nesse sentido, podemos inferir o imbricamento com uma agenda política implicada com a transformação das estruturas sociais vigentes. Do contrário, seria mais um discurso situado numa panaceia, servindo de maquiagem das práticas coloniais estabelecidas.

Desse modo, as escolhas explicitadas nos planos de ensino de didática nos levam a pensar que estamos, em grande parte, diante de uma didática que se aprofunda em seu caráter crítico, diante de um cenário que, por um lado, evidencia as vorazes investidas das agendas

neoliberais em busca de uma retomada tecnicista, e, por outro lado, esmera-se em demandar um olhar e um conjunto de ações que provoquem a reflexão sobre a necessidade de construção de uma sociedade outra, a partir, e também, de uma ruptura epistêmica diante de uma história marcada pela dominação, exploração e marginalização. Será que estamos em vias de construção da ponte que nos levará rumo a uma didática crítica intercultural? Lançamos mão do otimismo freiriano, apontando a necessidade de manter um pé no sonho e outro na realidade, para que não nos embruteçamos e sobrevivamos resistentes.

Gráfico 2 – Objetivos mais recorrentes nos planos de ensino do componente curricular de Didática



Fonte: elaborado pela pesquisadora (2024).

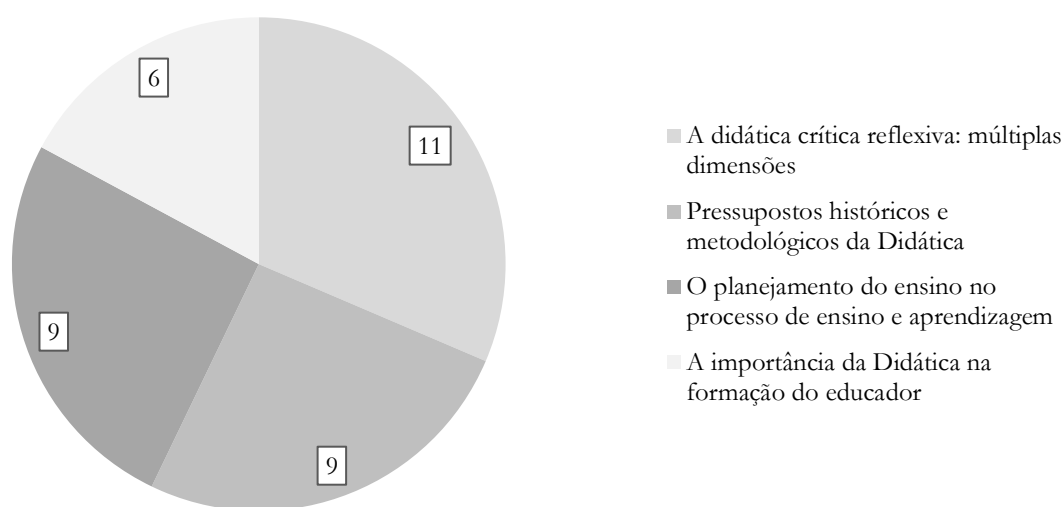
O gráfico 2 busca evidenciar os objetivos mais recorrentes nos planos de ensino. De acordo com a escala, os dois objetivos em maior recorrência estão relacionados aos pressupostos teóricos e metodológicos da didática e à sua relação com a formação do educador. Na sequência, e em menor recorrência, encontram-se objetivos relacionados ao planejamento de ensino e ao processo pedagógico, numa perspectiva crítica. Sublinhamos que tivemos evidenciado apenas dois objetivos vinculados ao pensamento intercultural.

O gráfico aponta que estamos comprometidos em discutir, compreender e analisar os pressupostos teóricos e metodológicos da didática, a formação do educador e o planejamento de ensino, em sua configuração, a partir de uma abordagem crítica, sendo muito tímidos, e dados por um grupo muito pequeno, os passos que nos levam a uma didática intercultural. Desde 2006, Candau e Koff já apontavam “[...] a necessidade de busca de novos referenciais para lidar com novos contextos, novos sujeitos, novas problemáticas [...]” (Candau; Koff, 2006, p. 486).

A busca de compreender a fundo esses novos referenciais e implementá-los na estrutura e prática do campo didático parece-nos cada vez mais urgentes, uma vez que, nas últimas décadas, as salas de aula encontram-se cada vez mais atravessadas pela discussão e experiências centradas nas questões raciais, de gênero e decoloniais. Nesse sentido, a interculturalidade, ao apontar as diversidades como vias de construção de um ensino outro, amplia a reflexão e sua possibilidade de atuação.

Há de se pensar sobre o fato de a interculturalidade estar muito mais presente nas pesquisas do que no ensino e nas salas de aula. O desafio é imenso, pois, nesse caso, lidamos com uma base teórica que desconstrói o que fora imposto na base do desrespeito, violência, apagamento simbólico e real de vidas e culturas. Quando nos reportamos à necessidade de construção de um ensino outro, estamos referenciando um ensino que implementa uma dinâmica de reconhecimento e valorização da diversidade, que nega uma cultura e educação colonizadora, que se mantém atento em permanente estado de denúncia às imposições do capital.

Gráfico 3 – Conteúdos mais recorrentes nos planos de ensino do componente curricular de didática



Fonte: elaborado pela pesquisadora (2024).

O gráfico 3 mostra que os conteúdos mais presentes nos planos de ensino convergem para a didática crítica reflexiva e suas múltiplas dimensões. Frisamos que esse não é exatamente o conteúdo evidenciado nos planos. Criamos categorias representativas para o que aparecia com maior evidência. Nessa categoria, por exemplo, agregamos conteúdos como: a perspectiva

histórico-político-social da didática e sua importância para a democratização da educação; concepções progressistas no ensino brasileiro; a didática crítica frente às políticas neoliberais.

Os pressupostos históricos e metodológicos da didática também se mostram como um conteúdo importante a ser trabalhado, conduzindo a discussão para o surgimento da didática, sua trajetória histórica e sua reconfiguração metodológica, de acordo com o contexto histórico. Em seguida, com igual importância, conforme mostra o gráfico 3, o planejamento de ensino no processo de ensino e aprendizagem é evidenciado a partir de sua concepção, de seus elementos estruturantes e da sua implicação política e contextual. A importância da didática na formação do educador é apontada como o quarto conteúdo mais recorrente nos planos de ensino. Este conteúdo não demonstrou muitas nuances na forma como foi registrado nos planos.

Enfatizamos que os conteúdos relacionados com perspectiva intercultural – Multiculturalismo, interculturalidade, diversidade e diferenças; Tendências pedagógicas e perspectivas de descolonização do ensino e do processo de ensino e aprendizagem; Concepções antirracistas e decoloniais de ensino-aprendizagem – aparecem em quarto lugar, registrados em três planos e em igual número com relação a Concepções de avaliação da aprendizagem e O cotidiano escolar expressão da ação pedagógica.

Os conteúdos de ensino traduzem, em parte, os currículos em evidência, e estes, por sua vez, encontram-se sempre em pauta, por estarem relacionados com a construção de identidades. Nesse sentido, a análise dos planos em questão suscita questionamentos: que tipo de educadores estamos formando? Para que modelo de sociedade? É certo que estamos diante de colossais desafios, se tivermos em conta a histórica precarização da profissão docente em todos os níveis, a má estrutura de trabalho, as políticas educacionais neoliberais, os sucessivos ataques aos currículos, a educadores e instituições de ensino nos últimos dez anos, realizados pelos setores conservadores e vertentes religiosas.

Acreditamos que é exatamente nesse ponto nevrálgico que existem demandas por mudanças, impulsionamentos para seguir rumo a uma didática crítica intercultural, e resistência à lógica de opressão e de violência dos impérios. Reside, nessa reação, a origem de propostas de práticas decoloniais que assumem uma postura política e epistemológica, ao publicizar os discursos falaciosos implementados pela colonialidade, evocando vias educacionais mais humanas, que afirmem as vidas dos sujeitos diretamente afetados.

Portanto, referimo-nos a uma didática intercultural que, além de entender o ensino como um ato político e social, estabelece um contraprojeto à hegemonia do conhecimento colonial, capaz de perceber as culturas como geradoras de múltiplos conhecimentos, que partem “da diferença colonial rumo à construção de um mundo diferente” (Walsh, 2019, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, o nosso objetivo foi analisar como a questão da interculturalidade está presente nos planos de ensino do componente didática nos cursos de Pedagogia de algumas

instituições de ensino superior do Nordeste brasileiro. Ao definir nossa análise, a partir dos objetivos e conteúdos enquanto elementos estruturantes do plano, foi possível constatar que, em ambos, as questões voltadas para o trabalho, numa perspectiva intercultural, ainda são muito iniciais.

Tanto nos objetivos como nos conteúdos, a referida perspectiva não se mostrou de forma recorrente. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que as relações da didática com a interculturalidade são uma construção recente e ainda se encontram numa fase de internalização/ressignificação em pensamento/ações do ensinar. A pesquisa bibliográfica, realizada por este estudo, ratifica esse fato, na medida em que mostra um número reduzido de materiais sobre essa relação, que apontam: a necessidade de implementação de uma didática crítica intercultural, que fomente uma leitura outra dos dinamismos históricos e da realidade; o movimento, no esforço de compreender, historicizar e conceituar a didática crítica intercultural; ter claro os modos de compreensão dos professores sobre a interculturalidade e as implicações dessa perspectiva no processo de ensino e na dinâmica institucional educativa.

Estamos diante de mais um grande desafio, pois, na medida em que as demandas do mundo e sujeitos complexos vão se impondo, a necessidade de mapear, conhecer, analisar e dar encaminhamentos para essas demandas é crucial. A didática crítica intercultural não se estabelece sob a ótica de reificação, mas como um caminho possível de favorecer a estruturação e fortalecimento de um ensino outro, pautado em diálogos que promovam a participação mais efetiva dos estudantes em seus processos formativos, afirmando suas culturas e identidades, problematizando seus contextos de vida. Um ensino que garanta espaços onde experiências diversas possam fazer parte do conteúdo trabalhado.

Conteúdos constitutivos de uma didática numa perspectiva intercultural convergem para um ensino decolonial, que estabelece um movimento contra os processos de subalternização imputados pela cultura eurocêntrica e pelos indivíduos educados sob a sua hegemonia. É fundamental seguirmos rumo a uma didática crítica intercultural, que questione a naturalização dos padrões de poder, a naturalização das relações de exploração e dominação do trabalho, reforçadas por rotinas que determinam automatismos irreflexivos.

Pensar uma didática crítica intercultural é, sobretudo, estabelecer a humanização como centro dos processos formativos, a partir da luta pela afirmação dos sujeitos que foram subtraídos de sua alteridade, em função da dominação e do poder. Que possamos – com um pé no sonho e outro na realidade – implementar e viver modos de um ensino outro capaz de colaborar não somente num projeto de sociedade inclusiva dentro de uma estrutura neoliberal, mas na criação de meios para transformá-la.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. M. A. A profissionalização docente e os desafios na contemporaneidade. *Artífices*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 152-176, 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Dispõe sobre a reforma do ensino médio brasileiro. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. *Lei nº 14.945/2024, de 31 de julho de 2024*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, 2024a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: CNE/CP, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024*. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília, DF: CNE/CP, 2024b.

CANDAU, V. M. F. A Didática e a formação de educadores: Da exaltação à negação: a busca da relevância. In: CANDAU, V. M. F. (org.). *A Didática em Questão*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 13-24.

CANDAU, V. M. F. Escola, Didática e Interculturalidade: desafios atuais. In: CANDAU, V. M. F. (org.). *Didática Crítica Intercultural: aproximações*. 2. reimp. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 107-138.

CANDAU, V. M. F., KOFF, A. M. N. S. A Didática Hoje: reinventando caminhos. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 329-348, abr. 2015. <https://doi.org/10.1590/2175-623646058>.

CANDAU, V. M. F.; KOFF, A. M. N. S. Conversas com... sobre a didática e a perspectiva multi/intercultural. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 95, p. 471-493, maio/ago. 2006.

CANDAU, V. M. F.; LEITE, M. S. A didática na perspectiva multi/intercultural em ação: construindo uma proposta. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 731-758, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300011>.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

D'ÁVILA, C. A didática nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica: impasses, desafios e resistências. *Revista Cocar*, Belém, n. 8, p. 86-101, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3082>. Acesso em: 18 set. 2024.

D'ÁVILA, C.; SANTOS, E. Ecos da necropolítica neoliberal sobre o currículo na Educação Básica e na Educação Superior. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, Santos, v. 14, n. 36, p. 948-960, 2023. <https://doi.org/10.58422/repesq.2022.e1390>.

DIAS, A.; ABREU, W. F. de. Por uma didática decolonial: aproximações teóricas e elementos categoriais. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 19, n. 62, p. 1216-1233, jul. 2019.

DIAS, A. de S.; ABREU, W. F. de. Didáticas decoloniais no Brasil: uma análise genealógica. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 45, n. 1, e91, p. 1-24, 2020. <https://doi.org/10.5902/1984644441328>.

FLICK, U. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, M. A. S. Por uma didática decolonial: epistemologia e contradições. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 48, e240473, p. 1-22, 2022. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248240473>.

LEHER, R. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o alívio da pobreza*. 1998. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MOTA NETO, J. C. *Educação popular e pensamento decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda*. 2015. 371 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

REGO, N. R. P. Sobre pesquisa, didática e formação: construindo nossas práticas com currículos que transvergem. Enfrentando a colonialidade em suas mais diversas formas. *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 14, n. 3, p. 1-17, 2021. DOI: 10.15687/rec.v14i3.60117. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/60117>. Acesso em: 9 set. 2024.

SUANNO, M. V. R.; SILVA, C. C.; OLIVEIRA, T. R. de.; MAGALHÃES, W. B. Justiça social e multiculturalismo na educação: perspectiva emergente e insurgente na didática crítica intercultural. *Revista Polyphonia*, Goiânia, v. 31, n. 1, p. 143-162, 2020. 10.5216/rp.v31i1.66954. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/66954>. Acesso em: 9 set. 2024.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas*, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 6-39, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002>. Acesso em: 10 set. 2024.

Submetido: 09/12/2024

Preprint: 27/11/2024

Aprovado: 21/03/2025

Editor(a) de seção: Suzana dos Santos Gomes

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Autora 1 – Coordenadora do projeto, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.

Autor 2 – Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

As autoras declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.